



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais

Rua Ciomara Amaral de Paula, 167 – Bairro Medicina – 37550-000 - Pouso Alegre/MG

Fone: (35) 3449-6150/E-mail: reitoria@ifsuldeminas.edu.br

Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (mandato 2014-2016) realizada em 12 de agosto de 2014.

1 Aos doze dias do mês de agosto, do ano de dois mil e quatorze, às nove horas e trinta e sete
2 minutos, na sala de reuniões do Câmpus Passos, sob a Presidência do Reitor Substituto, Marcelo
3 Bregagnoli, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária do Conselho Superior (mandato 2014-2016),
4 estando presentes os Senhores Conselheiros: **Representantes dos Docentes** - João Paulo Lopes,
5 Luciano Pereira Carvalho, Evane da Silva, Beatriz Glória Campos Lago, Flávio Santos Freitas,
6 Marco Aurélio Nicolato Peixoto. **Representantes dos Discentes** – Arthur Dantas Rocha,
7 Washington Bruno Silva Pereira, Pedro Brandão Loro, Guilherme Vilhena Vilasboas.
8 **Representantes dos Técnico-Administrativos** – Marcos Roberto dos Santos, Antônio Marcos
9 de Lima, Sandro Soares da Penha, Clayton Silva Mendes, Anderson Luiz de Souza, Sueli do
10 Carmo Oliveira. **Representantes dos Egressos** - Christoffer Carvalho Vitor, Jorge Vanderlei
11 Silva, Márcia Scodeler. **Representantes Entidades Patronais:** Jorge Florencio Ribeiro Neto.
12 **Representantes das Entidades dos Trabalhadores** - José de Oliveira Ruela, Célio Antonio
13 Leite. **Representantes do Setor Público ou Estatais** - Jésus de Souza Pagliarini.
14 **Representantes dos Diretores-gerais dos Câmpus** – Miguel Angel Isaac Toledo del Pino,
15 Carlos Henrique Rodrigues Reinato, Luiz Carlos Machado Rodrigues, João Paulo de Toledo
16 Gomes, Josué Lopes, Marcelo Carvalho Bottazzini. Foram convidados para participarem da
17 reunião os servidores: Carlos Alberto Machado Carvalho (Pró-reitor de Ensino); José Luiz de
18 Andrade Rezende Pereira (Pró-reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação); Narayana de
19 Deus Nogueira Bregagnoli (Assessora Internacional); e Michelle da Silva Marques (servidora do
20 Câmpus Machado). A pauta foi encaminhada antecipadamente, por e-mail, aos Conselheiros,
21 sendo: 01. Palavra do Presidente. 02. Verificação do Quórum do Conselho Superior (Secretário).
22 03. Aprovação da Ata da reunião do dia 24/06/2014. 04. Proposta de trâmite para criação de
23 cursos de caráter diferenciado e específico no IFSULDEMINAS. 05. Criação do Centro de
24 Línguas - CELIN do IFSULDEMINAS. 06. Estabelecimento de normas para a participação de
25 docentes em regime de dedicação exclusiva do IFSULDEMINAS em atividades esporádicas
26 remuneradas, em assuntos de suas respectivas especialidades. 07. Regulamentação do Cartão
27 Pesquisador do IFSULDEMINAS. 08. Proposta exclusiva da PRODI – Serviços de Engenharia.
28 09. Alteração no Organograma da Reitoria. 10. Proposta de nova Resolução para remuneração de
29 cursos e concursos. Revogar as Resoluções 031/2011 e 042/2013. 11. Proposta de Alteração no
30 Organograma do Câmpus Machado. 12. Expedientes (Presidente e Secretário). - Alterações do
31 Regimento Interno do Comitê de Ética no Uso de Animais do IFSULDEMINAS (Resolução
32 39/2013). O Presidente iniciou a reunião do Conselho Superior agradecendo a presença de todos,
33 em especial agradeceu ao João Paulo e sua equipe pela recepção no Câmpus Passos e preparo
34 para a reunião. Logo após justificou a ausência do Reitor Pro Tempore, Sérgio Pedini, que, por
35 motivos de saúde, não pode estar presente. Justificou também a ausência da Neusa que de última
36 hora teve um compromisso de trabalho e não pode vir. O Presidente passou a palavra para o João
37 Paulo que desejou boas vindas e agradeceu a presença de todos. O Presidente falou que

38 conforme aprovado pelo CONSUP, na última reunião, as reuniões estarão sendo transmitidas ao
39 vivo pela internet e ficarão disponíveis num canal do IFSULDEMINAS no *youtube*. Seguindo a
40 pauta item **02. Verificação do Quórum do Conselho Superior (Secretário)**. O Presidente
41 solicitou ao Secretário que verificasse o quórum, estavam presentes 30 (trinta) dos 37 (trinta e
42 sete) membros do Conselho Superior. Item **03. Aprovação da Ata da reunião do dia**
43 **24/06/2014**. O Presidente colocou em discussão a Ata da reunião do dia 24/06/2014. Sendo
44 aprovada por todos. Dando continuidade, item **04. Proposta de trâmite para criação de cursos**
45 **de caráter diferenciado e específico no IFSULDEMINAS**. O Presidente passou a palavra ao
46 Carlos Alberto que desejou bom dia a todos, disse ser um prazer estar novamente na reunião do
47 CONSUP e que virá, todas as vezes que for necessária a apresentação dos documentos que
48 passam pelo CEPE, uma vez que como Pró-reitor de Ensino é o presidente do CEPE. Iniciou sua
49 explicação falando que a proposta trazida hoje ao CONSUP é resgatar a respeito da criação de
50 cursos do IFSULEMINAS. Falou de como eram os tramites para a criação de cursos. Disse que
51 em 2009 não tinha os órgãos colegiados formados, o que acontecia era que o coordenador de
52 curso vinha na reunião do CONSUP, apresentava o seu curso e a partir da Ata iniciaria um curso.
53 Falou que os colegiados foram criados, tem-se hoje: CADEM (Colegiado de Câmpus), CAMEN
54 (Câmara de Ensino), CEPE (Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão); e vieram as primeiras
55 resoluções para criação de novos cursos. Em 2011 tivemos a Resolução 057 que proporcionou
56 um arranjo de organização a ser cumprida no intuito de criar um curso sustentável e que esse
57 curso fosse levado até o fim com qualidade. Falou que em 2014 tivemos a Resolução 009, que
58 organizou toda essa exigência criando um cronograma. Justificou que essas resoluções são gerais
59 e não consideram algumas particularidades de cursos que podemos criar e que as exigências são
60 diferenciadas. Disse que a PROEN juntamente com o Colégio de Dirigentes resolveram propor
61 uma nova resolução, que na verdade não é uma substituição nem da 057/2011, nem da 009/2014,
62 mas uma opção para criar cursos diferenciados, cursos que não vão exigir todos os quesitos.
63 Falou que tem hoje vários cursos que são autossustentáveis, através de bolsas. Tem cursos que
64 não dependem do quadro de professores, podem ser pactuados, como o Pronatec. Disse que essas
65 diferenças que serão analisadas na nova resolução proposta. Esta Resolução aplica-se na criação
66 de novos cursos no IFSULDEMINAS, para otimizar os trâmites e quesitos, exclusivamente,
67 para: “I – Cursos Técnicos e Especialização Técnica na modalidade de Educação a Distância e-
68 Tec; II – Cursos Técnicos presenciais de programas especiais em convênio com o MEC/SETEC;
69 III – Cursos Técnicos na modalidade de Educação a Distância de programas especiais em
70 convênio com o MEC/SETEC; IV – Cursos Técnicos presenciais pactuados via Pronatec; V –
71 Cursos de Especialização Técnica presencial; VI – Cursos de Especialização Técnica na
72 modalidade de Educação a Distância; VII – Cursos presenciais de pós-graduação /
73 Especialização *Lato Sensu*; VIII – Cursos de pós-graduação / Especialização *Lato Sensu* na
74 modalidade de Educação a Distância; IX – Cursos Superiores de graduação ou pós-graduação
75 *Lato Sensu* na modalidade de Educação a Distância por meio da Universidade Aberta do Brasil –
76 UAB; e X – Cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* com programa aprovado pela Coordenação
77 de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).” Explicou que estão tirando esses
78 dez cursos da Resolução 009/2014 por se tratar de cursos especiais e que a Resolução 009/2014
79 continua para os outros cursos. Frisou que não será uma substituição, é simplesmente tirar esses
80 cursos em função das suas exigências não ser tão reais quanto outros cursos que continuarão pela
81 Resolução 009/2014. O Presidente aproveitou o momento para parabenizar a equipe da reitoria e
82 dos câmpus a respeito da Avaliação Institucional que ocorreu na semana passada. Disse que um
83 dos critérios que eles analisam são as regulamentações e os elogios cresceram ao
84 IFSULDEMINAS. Falou que a nota da avaliação ainda não saiu, mas acredita que foi positiva.
85 Disse que as regulamentações já estão sob o crivo de órgãos externos. Carlos Alberto fez um
86 breve resumo de como seria o encaminhamento da criação de novos cursos no IFSULDEMINAS
87 já relacionados. Disse que tramitará em duas fases, sendo: **Fase preliminar** – consta das ações e
88 providências do Colegiado Acadêmico de Câmpus (CADEM) do câmpus proponente; e Fase
89 final – consta dos trâmites subsequentes na Câmara de Ensino (CAMEN) ou Câmara de

90 Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (CAPEPI) e no Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão
91 (CEPE), todos de caráter consultivo. Finalmente, a submissão do processo, em caráter
92 deliberativo, ao Conselho Superior (CONSUP) do IFSULDEMINAS. Falou que do protocolo a
93 CAMEN estima-se um período de 70 a 75 dias. Comentou que está em tramitação pela
94 Resolução 009/2014 quatorze cursos, que começou em maio, quando houve o protocolo no
95 CEPE e terminará em setembro, quando será submetido para aprovação no CONSUP. Disse que
96 com a proposta desta resolução alternativa estamos agilizando tanto no trâmite, quanto na
97 documentação exigida para cada curso especificamente. O Presidente falou que a resolução
98 proposta nesta reunião é uma alternativa à Resolução 009/2014 para cursos especiais que não
99 envolvam diretamente o impacto sob a carga horária do docente no dia-a-dia, relacionada a
100 programas governamentais. Disse que essa regulamentação não deixa de ter um crivo para
101 atender a essas necessidades. Comentou sobre a questão orçamentária dos câmpus novos, que
102 tem um impacto direto com relação ao quantitativo de alunos. Tem uma demanda externa, da
103 sociedade, que às vezes é pontual, é necessária, onde inclui claramente as especializações. Disse
104 que o mais importante é não deixar de ter o crivo. Carlos Alberto justificou que na proposta foi
105 pego o crivo da Resolução 009/2014 adequando-se para cada curso. O Presidente explicou com
106 relação aos cursos *stricto sensu* (Mestrado/ Doutorado) o crivo maior é o da CAPES. O
107 Presidente colocou em discussão. Flávio disse ter um dúvida com relação a aprovação do PPC
108 para submissão para a CAPES, passado na última reunião. O Presidente justificou que as três
109 propostas aprovadas na última reunião eram do PPC, para aprovação do curso dependem do
110 crivo da CAPES, onde podem ser aprovados ou não. Disse que para ser submetido à CAPES
111 precisa da aprovação do PPC pelo gestor, e como sempre foi a posição de nosso Reitor, sempre
112 trazer ao CONSUP para aprovação. Carlos Alberto explicou que está previsto no Art. 3º: “**Art. 3º**
113 - A criação de novos cursos no IFSULDEMINAS, a que se refere o inciso X do art.1º, desta
114 Resolução, terá o processo submetido diretamente para análise e parecer consultivo do Colegiado
115 de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), e na sequência, ao Conselho Superior (CONSUP) do
116 IFSULDEMINAS, em caráter deliberativo.” E o inciso X: “**X** – Cursos de pós-graduação *Stricto*
117 *Sensu* com programa aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
118 Superior (CAPES).” Josué questionou quanto à coordenação de curso, se o curso está em
119 processo de criação, há a necessidade de apresentar a figura do coordenador. Carlos Alberto disse
120 que com relação ao curso de graduação já teria a figura do núcleo docente estruturante (NDE),
121 no caso de cursos que não sejam de graduação teríamos uma coordenação. Josué falou para o
122 Carlos Alberto, então o coordenador seria nomeado antes da criação do curso. Carlos Alberto
123 disse que sim, para coordenar todo esse trabalho. Luciano disse que o exemplo que o Carlos
124 Alberto citou, com relação ao e-Tec, à EaD e Pronatec não influencia, inclusive em carga
125 horária docente, são custeados com orçamento a parte, algo mais até para o câmpus. Falou que é
126 bem pertinente essa alteração. O Presidente comentou que já temos uma resolução similar a essa,
127 aprovada em 2011, para os cursos de Formação Inicial Continuada (FIC), até 200 horas, já tem
128 esse trâmite, ela é trabalhada de modo qualitativo. Sem mais questionamentos, foi colocada em
129 aprovação, sendo aprovada por unanimidade. O Presidente agradeceu a presença do Carlos
130 Alberto. Seguindo a pauta, item **05. Criação do Centro de Línguas - CELIN do**
131 **IFSULDEMINAS.** O Presidente passou a palavra para a Professora Narayana. Narayana
132 desejou bom dia a todos e se apresentou, disse que é professora do Câmpus Muzambinho e está
133 na Reitoria desde 2011, na Assessoria Internacional. Falou que a proposta trazida ao CONSUP é
134 o documento oficial de criação do Centro de Línguas. Explicou o porque da importância da
135 criação do Centro de Línguas. Disse que ele já existe informalmente, já é oferecido cursos de
136 idiomas, via FIC (cursos de extensão), para alunos e servidores desde 2011 nos câmpus e na
137 reitoria. Falou que já a algum tempo a internacionalização é uma das políticas prioritárias do
138 atual governo, como o programa de grande importância, como o Ciência sem Fronteiras, lançado
139 em 2012, com a oferta de 109 bolsas para brasileiros fazerem graduação, Doutorado, Mestrado
140 fora do Brasil, para capacitar os nossos alunos e servidores, para que tragam conhecimentos e
141 apliquem em nosso país. Falou que a partir da oferta do Programa Ciências sem Fronteiras se fez

142 necessária a oferta de cursos de idiomas nas instituições de ensino no Brasil para capacitar os
143 alunos para que eles possam participar desses programas. Foi percebido que os alunos dos
144 Institutos Federais (IF), grande parte, tem uma característica diferente dos alunos das
145 Universidades Federais (que tem acesso a cursos de idiomas na própria instituição). Grande parte
146 dos alunos de IF vem de zona rural, os alunos não puderam fazer um curso de idiomas, ou não
147 tiveram acesso na cidade onde morava e ao estudar em nossos IF não tinham acesso aos editais e
148 não poderiam competir aos editais do programa Ciência sem Fronteiras. Falou que foi feita uma
149 pesquisa, dentro da Rede Federal, no Fórum dos Assessores Internacionais (FORINTER) de
150 como andava a proficiência de nossos alunos e a oferta de idiomas nos Institutos Federais em
151 toda a Rede. A partir dessa pesquisa o FORINTER fez um documento e levou ao CONIF para ser
152 apresentado à SETEC para mostrar como era a nossa realidade. Foi detectado que os nossos
153 alunos por não ter acesso aos cursos de idiomas não conseguem participar dos editais, podem até
154 se inscrever, mas não passam na prova que é exigida para eles fazerem intercâmbio. Falou que a
155 partir daí se viu a necessidade de oferecer os cursos gratuitos para os nossos alunos. Comentou
156 que começaram a oferecer há dois anos via FIC, tiveram que terceirizar o serviço, por não ter
157 professores suficientes, faz a licitação e a empresa que ganha começa o curso e o material. Disse
158 que até então não tinha esse Centro de Línguas funcionando e percebeu a importância da criação,
159 principalmente agora quando foi lançado pela SETEC um edital para professores, servidores,
160 pesquisadores da Rede Federal, para se candidatar a passar seis meses na Finlândia, para fazer
161 uma capacitação, conhecer o sistema de produção e troca de conhecimentos ou de financiamento
162 de pesquisa entre a rede privada e a rede de ensino na Finlândia. Disse entre os itens para se
163 candidatar a esse edital tinha uma prova de proficiência em inglês, inicialmente eles estavam
164 exigindo o *toelf*. Explicou que para fazer esse exame, ele é ofertado uma vez ao mês, geralmente
165 no Brasil, é um exame que vem de fora, internacional, alguns cursos somente oferecem esse
166 exame, tem uma data específica e levam de 30 a 60 dias para sair o resultado, então os
167 candidatos para esse edital, quem não tinha feito o *toelf* não ia ter tempo para se candidatar.
168 Falou que isso foi percebido em toda a rede federal, que os possíveis candidatos não iam poder
169 se inscrever porque não tinham tempo para fazer essa prova. Disse que a SETEC resolveu que o
170 Instituto Federal que tivesse o Centro de Línguas aplica uma prova para esse servidor, um exame
171 de proficiência bem elaborado como *toelf*, e se for aprovado o Centro de Línguas pode emitir um
172 certificado e ele pode se candidatar ao edital. Comentou que três ou quatro Institutos Federais já
173 tem o Centro de Línguas. Disse que teve a demanda de professores nossos que não puderam se
174 candidatar porque o Centro Línguas não existe formalmente, não tinham tempo para fazer o teste
175 *toelf*, que é caro, em média 200 dólares, e se caso não passe tem de pagar novamente. Assim
176 viram a importância de fazer a criação desse Centro de Línguas e colocar ele para funcionar.
177 Disse que foi lançado o programa Ciência sem Fronteiras II, mais 100 mil bolsas serão ofertadas,
178 então faz-se necessário ofertar cada vez mais cursos de idiomas para alunos e servidores, não só
179 para participarem de intercâmbios, mas para capacitá-los para o trabalho, oficializar essas ações.
180 O Presidente disse que o documento já foi encaminhado a todos. Falou da importância da oferta
181 dos cursos de línguas. Disse que todas as ações do Centro de Línguas já está sendo
182 operacionalizada. Comentou que o recurso para os cursos e-Tec idiomas já está para vir em
183 setembro. Narayana explicou que e-Tec idiomas é um outro programa que será aplicado dentro
184 do Centro de línguas. Disse que a partir da pesquisa pelo FORINTER a SETEC resolveu criar
185 um curso de línguas específicos para Institutos Federais, que se chama e-Tec Idiomas sem
186 Fronteiras. Falou que já foi feito um treinamento em julho, em Pelotas/RS, para fazer a aplicação
187 desse programa. Deve iniciar em setembro, é um programa grande que será aplicado em todos os
188 IF. Disse que material ficou maravilhoso. Serão três cursos de idiomas que serão aplicados em
189 toda a rede federal, no ensino de inglês, espanhol e português para estrangeiros. Será ofertado em
190 EaD totalmente gratuito para os nossos alunos e servidores (incluindo estagiários, terceirizados e
191 substitutos), estão aguardando a SETEC liberar o orçamento para começarem. Jorge questionou
192 se existe realmente demanda para os cursos e se vai oferecer de acordo com a necessidade e
193 qualidade que o aluno/ servidor precisa. Deixou claro que não quer ir contra a proposta.

194 Narayana explicou que para o professor ministrar um curso terão de ser licenciado em Letras,
195 tem que ter experiência com idiomas. Disse que a princípio serão turmas EaD, não terão no
196 momento os cursos presenciais, porque o curso presencial demanda orçamento. O curso EaD
197 vem da SETEC, vem todo material preparado por especialistas na área, de Universidades e
198 Institutos Federais. Comentou que para ser um professor de línguas no Brasil, não é obrigatório
199 ser formado em Letras, Cursos de Idiomas são considerados cursos livres. Já nas Instituições
200 Federais de Ensino tem de ser um profissional licenciado em Letras e os tutores têm de ser
201 licenciado em Letras ou experiência de ter morado em outro país e saber bem a língua. Disse que
202 o material foi totalmente construído dentro desse contexto de qualidade. Falou que são três
203 módulos de 120 horas, a proposta do material é, por exemplo, o inglês, ao terminar o terceiro
204 módulo o aluno está qualificado teoricamente, preparado para fazer a prova do *toelf* e conseguir
205 a nota mínima para intercâmbio ou mestrado, o espanhol a mesma coisa, ele está qualificado para
206 fazer a prova de espanhol. São cursos de 20 horas por semana de estudo, e precisa que o aluno
207 faça a sua parte para chegar até o final. O Presidente acrescentou que sobre a questão qualitativa,
208 o CELIN vem organizar as ações, o e-Tec é uma delas, ofertando dentro da instituição, vamos
209 depender muito da questão orçamentária e dos programas governamentais. Jésus disse que
210 também acha importante essa questão qualitativa. Luiz Carlos disse que vê esse estudo da língua
211 como uma situação de complemento. Falou que na realidade temos de pensar em termos de
212 desenvolvimento do país, em termos de desenvolvimento de nossos alunos em desenvolver
213 tecnologia, inovar, preparar esses alunos não só para ir para o exterior, mas também para
214 desenvolver tecnologia no exterior, discutirem isso de uma maneira igual para igual para
215 qualquer país no mundo. Disse que essa estrutura a ser instalada no IFSULDEMINAS vem para
216 contribuir para essa cultura e ao mesmo tempo esses cursos que estão sendo lançados pela
217 SETEC, conforme viu no treinamento, vai mudar a maneira da instituição ter o ensino de línguas
218 em sala de aula, ele é feito através de histórias, do dia a dia de uma pessoa que sai do país, vem
219 de uma maneira motivante para aprender. É um passo muito importante para o IFSULDEMINAS
220 para que possamos realmente ter uma cultura de aprender o inglês, o espanhol e outras línguas
221 para que o aluno possa apresentar novas tecnologias para o mundo, não ficar só aqui e aprender
222 como o mundo faz e aplicar. Arthur se apresentou, disse que sua primeira graduação é Língua
223 Espanhola pela USP. Disse que do seu ponto de vista é importantíssimo o ensino de línguas, mas
224 a sua experiência com EaD é sempre instrumentalizado para algo específico. Com EaD a pessoa
225 não consegue ficar preparada para falar a língua. Outro ponto é com relação a direitos e deveres,
226 pegou uma fala do Dr. Dauri na última reunião do CONSUP que relembrou que: “Os alunos são
227 a razão da existência das políticas públicas de educação, portanto todo processo deliberativo da
228 instituição deve ter os olhos voltados para os alunos, sem perder de vista os princípios que
229 devem nortear a Administração Pública, a IDENTIDADE do IF e a relativa AUTONOMIA dos
230 câmpus”. Falou que quando fala dos membros permanentes do CELIN fala somente dos
231 docentes e dos técnico-administrativos. Disse tem que ter alunos participando. Solicitou a
232 inserção dos alunos no colegiado. Narayana explicou que no momento é a nossa realidade é
233 começar ofertando os cursos em EaD. Disse que não temos orçamento e professores para ofertar
234 cursos presenciais. Com relação a inserção dos discentes no Colegiado, Narayana concordou e
235 explicou que quando foi elaborado o documento não colocou porque é uma questão da
236 programação, como vai oferecer o curso, quem será o professor, não se pensou no aluno nesse
237 momento porque não é ele que vai dar aula, definir a carga horária que vai ser utilizada.
238 Narayana questionou o Arthur em que sentido o aluno poderia auxiliar no Colegiado. Arthur
239 falou que sentido pedagógico, como vai ser ministrado a aula, em que horário e outras questões
240 administrativas o aluno é extremamente capaz de opinar, e também por uma questão de princípio
241 para o IF, toda e qualquer convecção do IF os alunos tem de ter algum tipo de representação. O
242 Presidente propôs acrescentar no Art. 10 “O Colegiado (composto de docente, técnico-
243 administrativo e discente)”. Arthur solicitou que constasse na Ata assim como foi sua colocação
244 e ela acabou por corroborar, de fato, EaD não é viável. Narayana disse que uma forma que tenta
245 achar uma solução é trazer alunos estrangeiros para ministrar aulas presenciais. Marco Aurélio

246 leu o Art. 4º alínea d: “d. fazer pesquisas aplicadas para melhoria do ensino de língua
247 estrangeiras.” Disse que vê o Centro de ensino de Línguas de uma forma menos instrumental de
248 como está colocado. Disse que tem colegas no câmpus que não concorreram no edital da
249 Finlândia porque não deu tempo de fazer a prova do *toelf*, o aluno é o objetivo final, mais a partir
250 do momento que se cria uma cultura de línguas, em que se faz pesquisas nessa área, avalia
251 efetivamente, não de uma forma comum, se o EaD funciona ou não, mas a partir do momento
252 que se faz essa pesquisa aplicada, temos elementos acadêmicos para as melhores estratégias para
253 que o objetivo seja alcançado. Falou que a implementação de um Centro de Línguas é
254 extremamente importante para a autonomia do nosso instituto em vários aspectos, inclusive no
255 aluno como fim. Ao se fazer pesquisas aplicadas para melhoria do ensino de língua estrangeiras
256 essas questões estão sendo contempladas. Sueli disse que participou das discussões desse
257 documento no CEPE e ficaram duas questões que não percebeu na primeira leitura. Disse que a
258 questão da certificação não aparece clara, se esses cursos terão certificação e uma outra questão é
259 o mandato de dois anos, mas não se refere a recondução. Narayana disse que tem de ser
260 acrescentado sim. O Presidente solicitou acrescentar ao documento a proposta da Sueli. Josué
261 falou que a inclusão do aluno caberia melhor no Art. 6º, do que no Art. 10º. Flávio propôs, no
262 Art. 12 substituir ‘indicação’ por “eleição dos pares”. Narayana disse que ficou indicação porque
263 inicialmente não tinham candidatos, concordou que pode ser colocada eleição. Flávio falou sobre
264 a duplicidade termos centro e núcleo, propôs usar apenas centro. Narayana concordou. Sueli
265 propôs no Art. 12 explicitar tanto os discentes como os técnico-administrativos. O Presidente
266 falou da proposta do Josué, da inclusão dos discentes no Art. 6º; a questão da certificação; e a
267 proposta da Sueli. Narayana questionou como seria a eleição dos alunos. Arthur propôs colocar
268 da mesma forma do inciso 2, alunos indicados por seus pares, discentes do curso de idiomas
269 elejam seus pares e os servidores da mesma forma escolhidos pelos pares. O Presidente falou
270 para fazer a inclusão dos artigos referidos. Colocou em votação, sendo aprovado com as
271 observações. O Presidente agradeceu a Professora Narayana. Dando continuidade, item **06.**
272 **Estabelecimento de normas para a participação de docentes em regime de dedicação**
273 **exclusiva do IFSULDEMINAS em atividades esporádicas remuneradas, em assuntos de**
274 **suas respectivas especialidades.** O Presidente explicou que apesar do tema ser
275 “Estabelecimento de normas para a participação de docentes em regime de dedicação exclusiva
276 do IFSULDEMINAS em atividades esporádicas remuneradas, em assuntos de suas respectivas
277 especialidades”, ele é aberto a todos os servidores, de modo geral. Disse que no caso da carreira
278 docente com dedicação exclusiva existiam algumas ressalvas impostas pela lei. Com a lei nº
279 12.863, de 24 de setembro de 2013 (da inovação) e a lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012
280 (que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal), houve
281 essa flexibilização. Disse que isso vem em atendimento a uma necessidade real que acontece no
282 instituto, nós temos especialistas no quadro, seja ele técnico-administrativo ou docente e temos
283 atividades esporádicas, principalmente relacionadas a projetos. Citou o exemplo do Professor
284 Marcelo Bottazzini, que é um conselheiro nosso e que vem auxiliando nos projetos, até o
285 momento, de forma totalmente voluntariada. Disse que a lei, como colocada em outras
286 instituições, permite que a pessoa realize atividades relacionadas à área de formação, de forma
287 remunerada. O Presidente passou a palavra para o Professor José Luiz. José Luiz desejou bom
288 dia a todos, agradeceu ao Presidente pelo convite para estar apresentando esse tema na reunião
289 do CONSUP. Disse que com relação a essa resolução, a princípio surgiu uma demanda interna do
290 IFSULDEMINAS e da sociedade em volta (região), no desenvolvimento regional. Disse que
291 diferente do que acontece nos países do hemisfério norte, países desenvolvidos (como EUA e
292 Europa) aqui no Brasil grande parte dos mestres e doutores estão trabalhando ou desenvolvendo
293 suas atividades profissionais dentro de instituições públicas, enquanto que nos EUA e Europa
294 grande parte dos mestres e doutores está na iniciativa privada. Diante dessa demanda, com
295 amparo legal, principalmente com relação à lei 12.772 de 2012 que regulamentou a carreira
296 EBTT, Magistério Superior, no seu artigo 21, incisos XI e XII permite que docentes com
297 dedicação exclusiva possa exercer alguma das atividades esporádicas remuneradas. Diante disse

298 foi feito um levantamento das outras instituições públicas do Brasil, tanto Universidade quanto
299 Institutos que já tem isso regulamentado, fizemos o nosso documento que foi encaminhado para
300 o parecer do Procurador, para a CAPEPI que avaliou e aprovou, seguiu para o CEPE, o qual
301 também avaliou e fez sugestões e agora é submetido para apreciação e aprovação do CONSUP.
302 Disse que optaram por uma resolução simples e objetiva, no sentido da regulamentação.
303 Colocou-se a disposição para esclarecer dúvidas e questionamentos. O Presidente disse que
304 como já foi colocado pelo José Luiz, já consta em lei (12.772 e 12.863). Falou que a resolução é
305 a regulamentação interna, precisamos dela para soltar o edital. Disse que tudo vai ser via edital.
306 O processo seletivo acontece via edital, com regras claras estabelecidas. Antônio Marcos disse
307 que como foi dito a respeito do edital, não seria interessante colocar os técnico-administrativos
308 também nesse documento, se tem mestrado/doutorado na área pode participar do edital. José
309 Luiz disse que essa resolução regulamenta a Lei 12.772, da carreira EBTT e não dos TAEs. Para
310 os TAEs, a própria legislação já permite esse tipo de atividade, o que precisa é colocar isso no
311 edital e não na resolução. Fica registrado em Ata que todo edital, na sua publicação conste
312 servidores. Sueli questionou se não seria interessante constar no corpo do texto da resolução, que
313 os servidores não poderiam de forma alguma prestar serviços a empresas que possuem contratos
314 com o IFSULDEMINAS. José Luiz disse que isso já está na lei isso. Falou que o particularmente
315 não vê essa necessidade, uma vez que consta na lei, a resolução é uma regulamentação interna, a
316 lei é superior. E em outras instituições nas suas regulamentações não tem esse item
317 especificamente. Josué disse que o documento deixa uma responsabilidade muito grande para o
318 diretor do câmpus. Inclusive no Art. 8º. Deixa clara a responsabilidade total da autorização desse
319 servidor para exercer essa atividade. No entanto, no Art. 3º, parágrafo 5º cabe ao diretor solicitar
320 um parecer do NIPE com autorização dessa atividade que o servidor venha a exercer. Disse que
321 gostaria de um esclarecimento com relação ao assunto. Será que não é importante também
322 dividir essa responsabilidade com outras estruturas do câmpus. José Luiz disse que esse artigo é
323 o que consta na 12.772, a lei fala que o diretor tem de ter esse controle, a decisão é do diretor.
324 Conforme pode-se ler: “Art. 4º - Para o exercício de atividades esporádicas, remuneradas ou não,
325 pela Fundação de Apoio credenciada ou não, os docentes do IFSULDEMINAS poderão exercer
326 o total de carga horária que faculta o art. 21 da LEI Nº 12.772/12, alterada pela lei 12.863, de 24
327 de setembro de 2013, a saber: computadas isoladamente ou em conjunto, 120 h (cento e vinte
328 horas) anuais, ressalvada a situação de excepcionalidade a ser justificada e previamente aprovada
329 pelo Conselho Superior da IFE, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 h (cento e vinte
330 horas) exclusivamente para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.” Pela Lei
331 12.772 a decisão é do diretor. O Presidente disse que a título de esclarecimento, numa possível
332 prestação de contas, acaba sendo realmente do diretor a tarefa de dar o aval e o crivo técnico é do
333 NIPE. Josué disse que aí entra uma contradição, se tem o aval do NIPE, porque que a
334 responsabilidade nas possíveis irregularidades seja do diretor e não também do NIPE. No Art. 8º
335 não cita o NIPE. O Art. 8º diz que: “Art. 8º - As autorizações para realização e controle das
336 atividades esporádicas disciplinadas por este ato serão de responsabilidade do Diretor de cada
337 Câmpus, respondendo os mesmos pelo cometimento de quaisquer irregularidades.” Aline disse
338 respondendo ao Josué, cabe ao RH o controle das horas. Numa audiência ou auditoria todos da
339 equipe, que fez o controle, deram parecer, estariam também respondendo por essa ação. O
340 Presidente aproveitou o momento para apresentar o quantitativo de demandas que estamos
341 respondendo junto a Ministério Público, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da
342 União, a partir de maio. Disse que em todas as instâncias, logicamente, o IFSULDEMINAS é
343 reconhecido, nesses quatro anos de gestão do Reitor Sérgio Pedini, a questão da clareza, da
344 transparência, tudo está muito normatizado e muito claro. Falou que mesmo assim temos essas
345 demandas. Disse que quando se abre essa sindicância, na apuração, o fato de não estar constando
346 documento que o NIPE deu o parecer técnico, a sindicância acaba chegando até o NIPE que é
347 solidário. Aline disse estar um pouco confusa pelas falas que surgiram aqui. No seu
348 entendimento era o pró-labore que pagaria ao docente com dedicação exclusiva que
349 desenvolveria uma tecnologia para uma empresa que estaria dando um suporte nas questões de

350 pesquisa e extensão. Questionou se o NIPE ajudaria na decisão interna. José Luiz explicou que
351 poderá ser permitida, desde que esporádica e na sua área de especialidade, a participação de
352 servidores do IFSULDEMINAS em atividades: “I – de pesquisa científica e tecnológica,
353 apoiadas por órgãos de fomento municipal, estadual, federal e internacional; II – de prestação de
354 serviços pela Fundação de Apoio credenciada por meio de convênios, contratos, acordos ou
355 outros instrumentos legais, com instituições públicas ou privadas, ou que de qualquer forma,
356 implícita ou explícita, direta ou indireta, envolvam a utilização do nome, das estruturas e dos
357 recursos do IFSULDEMINAS; III – relacionadas com as funções de magistério, com
358 certificação do IFSULDEMINAS, podendo contar com participantes de outras instituições,
359 conforme regulamento específico do IFSULDEMINAS; IV – de magistérios certificados por
360 outras instituições públicas ou sem fins lucrativos, mediante convênio; V – em comissões
361 julgadoras, examinadoras ou verificadoras, relacionadas com sua área de conhecimento ou de
362 atuação; VI – de projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, na forma da Lei nº
363 8.958, de 20 de dezembro de 1994; e (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013); VII – de
364 natureza científica ou tecnológica em assuntos de especialidade do docente, inclusive em polos
365 de inovação tecnológica, devidamente autorizada pela IFE de acordo com suas regras.
366 (Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013).” Aline questionou se o pró-labore não enquadra em
367 ensino, pesquisa ou extensão como fica. José Luiz disse que pode se enquadrar em
368 desenvolvimento. Arthur disse que a sua dúvida, tem a ver um pouco com isonomia, é com
369 relação a, se um docente pode ganhar com outras atividades ligadas a capacitação dele, porque
370 um discente com iniciação científica do NIPE, não pode receber outra bolsa de uma outra
371 instituição que não é ligada ao IF. O Presidente justificou que nesse caso existe uma
372 regulamentação da CAPES, uma portaria interministerial que proíbe o acúmulo de bolsa. Flávio
373 complementou que não podemos esquecer que bolsa não é salário, tanto que não é taxado no
374 imposto de renda. O Presidente parabenizou as equipes do José Luiz e do Pedini por essa ação
375 desse tipo, bem regulamentada e bem pautada. Disse que vai dar uma condição muito boa para
376 que a gestão possa executar com mais rapidez a questão do orçamento. Christoffer, em nome da
377 fundação de apoio, parabenizou o pessoal que desenvolveram essa matéria. Disse que essa norma
378 vem em um momento muito oportuno, para dar uma segurança e tranquilidade para os gestores e
379 também para os órgãos financiadores que aplicam. Falou que a fundação também vem contribuir
380 com isso, já pensávamos nessa legitimidade de tranquilizar os servidores pela transparência em
381 todos os projetos. Disse que vamos ganhar muito nos projetos de ensino, pesquisa e extensão.
382 Sandro disse que com relação ao que a Sueli colocou, ainda que isso possa inchar o regulamento,
383 a ideia é revestir e blindar o instituto, até mesmo para proteger o gestor. Disse que as leis as
384 vezes deixam margens para dupla interpretação. Marcelo Bottazzini disse que concorda com a
385 Sueli, mesmo a lei sendo maior, é favorável em colocar na norma. Com relação a
386 responsabilidade não tem como, a lei é muito clara que a responsabilidade é do gestor. Arthur
387 disse que assim como a Pró-reitoria foi muito sagaz em pensar nesse artigo, gostaria que
388 pensasse sobre a questão colocada sobre as bolsas, que configura de outra forma. Natalia propôs
389 acrescentar onde cita os projetos institucionais, Art. 2º, inciso VI, “e desenvolvimento”. Ficando
390 assim: “VI – de projetos institucionais de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento, na
391 forma da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; e (Redação dada pela Lei nº 12.863, de
392 2013).” O Presidente colocou em votação a proposta de inclusão “e desenvolvimento” Art. 2º,
393 inciso VI. Foram 26 (vinte e seis) votos a favor da inserção, 3 (três) votos contra a inserção, não
394 houve abstenção. Sendo aprovada a inserção proposta. O Presidente colocou em votação a
395 proposta de inclusão do parágrafo único proposto pela Sueli. Foram 28 (vinte e oito) votos a
396 favor da inclusão, 1 (um) voto contra, não houve abstenção. Terminada as discussões, os
397 conselheiros aprovaram, com as observações, as normas para a participação de docentes em
398 regime de dedicação exclusiva do IFSULDEMINAS em atividades esporádicas remuneradas, em
399 assuntos de suas respectivas especialidades. Seguindo a pauta, item **07. Regulamentação do**
400 **Cartão Pesquisador do IFSULDEMINAS.** O Presidente fez uma contextualização, disse que o
401 IFSULDEMINAS foi um dos primeiros IF no Brasil a adotar a questão do cartão pesquisador.

402 Tudo que temos traçado a título de operacionalização tem servido de modelo para o resto do
403 país. Disse que a regulamentação maior saiu do CNPq. É um cartão que está em plena atividade
404 dentro do Instituto e a intenção é apenas regulamentar a situação que já existe. Aproveitou o
405 momento para elogiar a PROPPI, o servidor Wanderson que se dedicou nesta questão e que
406 agora está indo para o Câmpus Inconfidentes. O Presidente passou a palavra para o José Luiz.
407 José Luiz explicou que a regulamentação descreve todo o procedimento que o pesquisador tem
408 que fazer para estar utilizando essa ferramenta. Falou sobre as principais vantagens do cartão.
409 Disse que é um cartão do Banco do Brasil, com bandeira VISA, para o pesquisador que tenha o
410 seu projeto contemplado no financiamento interno. O orçamento do projeto é colocado no cartão,
411 toda responsabilidade de compra, prestação de contas das compras e patrimonialização dos
412 materiais comprados, fica na responsabilidade do pesquisador. Disse que esse cartão são as
413 regras do CNPq compiladas para a instituição. Falou que o Wanderson recebeu um treinamento
414 em Brasília, e compilou para a instituição. Aproveitou para parabenizá-lo por essa iniciativa.
415 Disse que como Pró-reitor, professor e pesquisador não vê os projetos de pesquisa e extensão
416 sem a utilização desse cartão. Ele viabilizou a pesquisa dentro da instituição, principalmente na
417 questão burocrática de compra e orçamento. Disse que hoje somos referência para as outras
418 instituições do país. Comentou que em três meses na Pró-reitoria de Pesquisa, quatro instituições
419 entraram em contato conosco e pediram toda a normatização de utilização desse cartão, na
420 íntegra. Disse que a regulamentação descreve detalhadamente o que precisa e o que não precisa,
421 como deve ser feito o orçamento, as justificativas, fechando um ciclo completo de prestação de
422 contas. O presidente abriu a palavra para sugestões e discussão. Disse que esse cartão que não é
423 restrito apenas aos docentes e sim aos servidores. Falou que a receptividade dos docentes e
424 técnico-administrativos tem sido alta. Sem outras observações, o Presidente colocou em votação
425 sendo aprovada por todos, a Regulamentação do Cartão Pesquisador do IFSULDEMINAS.
426 Dando continuidade, item **08. Proposta exclusiva da PRODI – Serviços de Engenharia**. O
427 Presidente disse que esse item é um complemento do item 6 já apresentado. Falou que a Pró-
428 Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODI) está propondo uma regulamentação
429 específica, regulamentar internamente os incisos VIII, XI e XII, do art. 21 da lei 12772/12 em
430 assuntos relativos a construção civil sob coordenação da PRODI. O Presidente passou a palavra
431 ao Marcelo Bottazzini que vem acompanhando os trabalhos da PRODI. Marcelo Bottazzini disse
432 que vem complementar a outra resolução no que se refere a dedicação exclusiva. Falou que o
433 maior problema que está enfrentado, na expansão da rede federal, a rede como um todo, aqui em
434 específico, é a questão de obras. Primeiro com relação a agilidade no desenvolvimento de
435 projetos de construção de câmpus, de laboratório, enfim, tudo aquilo que temos que construir. A
436 demora que se dá nisso é muito grande por depender de projetos externos, licitados. Disse que
437 grande parte desses problemas que envolvem essas empresas terceirizadas é a qualidade dos
438 serviços que são prestados. Disse que parte dos problemas enfrentados pelo atraso de obras
439 estão relacionados ao projeto inicial, ao projeto básico e toda documentação produzida que vai
440 para licitação, seja na parte técnica, seja na parte de avaliações, planilhas orçamentárias, etc. o
441 que decorre nesses problemas de prestação de serviço são falhas, por exemplo, a planilha não
442 contemplar o telhado da própria obra. As empresas acabam utilizando falhas nesses projetos para
443 justificar aditivos que não deveriam ser dados. Disse que o gestor fica numa situação complexa e
444 essas falhas viram um enorme problema na gestão, vão atrasando obra, segurando obra e acaba
445 pressionando o gestor a aditar determinadas coisas, envolve burocracias da própria licitação,
446 tem que recorrer aquilo para legalizar a situação. Do ponto de vista de execução das obras que
447 estamos fazendo, não tem amparo, as obras estão se arrastando. Disse que utilizando a própria
448 legislação ligada à PRODI para aproveitar o qualificado corpo técnico que temos, temos diversos
449 doutores e mestres na área de Engenharia Elétrica, Mecânica, Civil. Temos profissionais na área
450 de Agricultura, de Irrigação, Engenheiros da área de Agrária, de Medição, Topografia, temos um
451 excelente corpo técnico. Disse que o uso da legislação vem como um pedido de socorro da
452 instituição para que isso venha ser resolvido por nós mesmos. A proposta é para essa finalidade,
453 utilizar parte para desenvolvimento de projetos de infraestrutura e tudo que nós precisamos, de

454 uma maneira mais econômica, mais eficiente, com o próprio autor do projeto acompanhando
455 aquilo que está ali no dia a dia. Falou que a finalidade é essa, abrir essa área para que o pessoal
456 dê a sua contribuição. O Presidente colocou em discussão. Antônio Marcos voltou a fazer a
457 pergunta são duas resoluções diferentes para fazer a mesma coisa, só que uma ligada ao NIPE e
458 outra ligada a PRODI. Disse que está fortalecendo a outra, mas devemos evitar fazer pequenas
459 resoluções. Falou que essa resolução refere apenas a construção civil e na palavra do Marcelo
460 Bottazzini ele falou em Engenharia Elétrica, Mensuração de Solos (que tem em Inconfidentes),
461 ele citou mais de um exemplo que não atende essa resolução específica e se fortalecesse a outra
462 resolução, anteriormente aprovada, poderia estar suprindo isso que o Marcelo colocou. O
463 Presidente disse que partiu da PRODI porque lá não tem o NIPE. Falou que a outra resolução é
464 mais ampla e essa é está bem direcionada a área de Construção Civil. O ganho institucional não é
465 tanto em tempo, mas na questão financeira, questão de custo. Marcelo Bottazzini disse que inclui
466 toda a parte de TI. Anderson disse que vê alguns problemas nessa proposta de resolução,
467 primeiro que parte dela é uma cópia da lei, no Art. 21 parágrafo 4º há uma divergência no texto
468 da resolução com o da Lei. Falou que a resolução trata de obras esporádicas, mas as obras no
469 instituto não são esporádicas e sim uma realidade que está acontecendo todo dia, e temos
470 diversos problemas de engenharia que temos acompanhado. Disse que precisamos de
471 engenheiros efetivos ou de alguma forma de contratar direito. Isso parece uma forma de
472 contornar um problema, mas não de forma eficiente. Outra questão seria que PRODI iria
473 empurrar a responsabilidade para o engenheiro. O Presidente explicou que primeiro o edital é
474 aberto, o esporádico são 120 horas, a legislação fala que são 120 mais 120 horas. Falou que a
475 questão de estar relacionada à construção civil é porque está basicamente relacionada ao
476 desenvolvimento. Disse que esse regulamento foi passado pelo procurador que orientou fazer
477 uma especificamente para a área de engenharia. Quanto as outras dúvidas e da contratação
478 direito, justificou que o IFSULDEMINAS zela pela qualidade de seus concursos. Se
479 infelizmente não temos no quadro o número de engenheiros é uma questão de liberação de vagas
480 pelo MPOG, não depende de nós. Temos um engenheiro na PRODI e o concurso dele foi
481 extremamente bem feito, porque é uma pessoa extremamente capaz. Disse que todos os
482 engenheiros que aqui entram passam por um concurso. Anderson disse que contratar direito não
483 com relação a concurso, a fala é ou se contrata engenheiro efetivo ou tenta fazer os editais, as
484 licitações de qualquer projeto de uma forma que consiga melhor. O Presidente disse que o nosso
485 sonho era de ter sete engenheiros na PRODI, mas por uma questão de liberação de cargos isso
486 não é possível. Marcos propôs trocar o termo Construção Civil por Infraestrutura, assim caberia
487 justificar a fala do Antônio Marcos. O Presidente disse que analisando bem o termo caberia.
488 Marcelo Bottazzini concordou e propôs então a troca do termo Construção Civil por Projetos de
489 Infraestrutura. Josué disse que precisa verificar na lei se faz referência a Construção Civil ou a
490 Infraestrutura. Marcelo Bottazzini disse que a lei fala em desenvolvimento de qualquer tipo de
491 projeto relacionado à instituição. O Presidente colocou em votação a trocar o termo Construção
492 Civil por Projetos de Infraestrutura. Foram 28 (vinte e oito) votos a favor e uma a abstenção.
493 Considera-se aprovada a normativa. Seguindo, item **09. Alteração no Organograma da**
494 **Reitoria.** O Presidente disse que já fez uma prévia na última reunião do CONSUP. Justificou que
495 o Camilo não pode estar presente para apresentar. Falou que essa alteração é com o mesmo
496 quantitativo de funções é só uma redistribuição interna. Disse que a proposta é duas resoluções,
497 uma que altera a redação dos artigos 31 a 34 do Regimento Geral do IFSULDEMINAS, os quais
498 passam a estipular conteúdos mínimos para o organograma da Reitoria; revoga os artigos 35 a 89
499 do Regimento Geral do IFSULDEMINAS; e prevê a aprovação de resolução específica com o
500 Regimento Interno da Reitoria; e a outra que trata do Regimento Interno da Reitoria com o
501 organograma e atribuições. O Presidente colocou em discussão. Antônio Marcos disse que na
502 última reunião ele que levantou a questão das atribuições. Parabenizou o Camilo pelo trabalho e
503 sugeriu uma alteração no Art. 62 - Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, mudar o verbo
504 “Acompanhar” por “Gerenciar”. Disse que acompanhar não justifica a CD. Todos concordaram
505 com a troca dos verbos. Sueli disse que esperava ver uma visualização gráfica do organograma,

506 sugeriu incluir. O Presidente disse na última reunião do CONSUP esquematizou a representação,
507 a questão gráfica é apenas visual. Falou que por uma sugestão do Antônio Marcos que fosse
508 trabalhadas as atribuições, assim foi sugerido aos Pró-reitores e aos coordenadores gerais que
509 trabalhassem nas atribuições, as quais estão no documento enviado a todos. Sueli disse que a
510 representação gráfica facilita a análise. Falou não estava na última reunião, era a Xenia que
511 estava. E outra questão é com relação aos códigos de funções das coordenadorias, porque
512 sabemos que o número de FG e CD são inferiores ao número de coordenações que temos, isso
513 acontece nos câmpus e deve acontecer na Reitoria também. O Presidente disse que sim, do
514 quantitativo falta também. Sueli disse que se o CONSUP conhecesse número de funções
515 disponíveis poderiam dar sugestões, tanto na reitoria quanto nos câmpus e verificarem quais são
516 os critérios para uma coordenação ter função e outra não. O Presidente disse que essa questão foi
517 discutida na última reunião do Colégio de Dirigentes e serão criados critérios (até novembro será
518 discutido) para a FCC, que vem “carimbada” para essa finalidade. Com relação ao quantitativo
519 da Reitoria é o que temos hoje. Sueli disse que aproveitou a ocasião para trazer essas questões e
520 agradeceu os esclarecimentos. O Presidente colocou em votação a aprovação das duas propostas
521 de resoluções e o Organograma da Reitoria, sendo aprovado com a observação do Antônio
522 Marcos. Não houve abstenção. Seguindo, item **10. Proposta de nova Resolução para**
523 **remuneração de cursos e concursos. Revogar as Resoluções 031/2011 e 042/2013.** O
524 Presidente disse que é uma regulamentação que trata da remuneração de curso e concurso, na
525 verdade a regulamentação já estava aprovada, vem hoje para apreciação as alterações. Ela segue
526 a questão legal, os percentuais são baseados no decreto 6.114 de 15 de Maio de 2007 e a lei
527 11.892/2008, de criação dos institutos. O Presidente colocou em discussão. Beatriz disse que no
528 último item banca examinadora do professor titular só está exame oral e na resolução está por
529 memorial descritivo ou por defesa de tese acadêmica e mérito, acha que deveria entrar a emissão
530 de parecer. O Presidente disse que houve uma discussão dentro das pró-reitorias e achamos que
531 que nesse momento não deve aparecer, ainda não sabemos o valor da análise do memorial
532 descritivo. Beatriz sugeriu exame oral 0,5 e emissão de parecer 0,5, na segunda tabela. O
533 Presidente disse que a proposta sugerida pela Beatriz é pautada em uma portaria. O Presidente
534 justificou que a Beatriz conhece da causa porque é a presidente da CPPD central. Todos
535 concordaram. Sueli perguntou se os percentuais já estão fixados e o que justifica as discrepâncias
536 de percentuais na educação de jovens e adultos. Evane disse que o Decreto 6.114 que fixam os
537 percentuais máximos de acordo com o maior vencimento da administração Pública. A ideia dessa
538 resolução nova é deixar só os percentuais, porque anualmente sai um Decreto informando a
539 atualização do maior vencimento da Administração Pública. Essa proposta apresentada é para
540 não ser preciso fazer todo ano uma nova resolução do CONSUP, assim ficam fixados apenas os
541 percentuais. O Presidente colocou em votação sendo aprovado por todos. Dando continuidade,
542 item **11. Proposta de Alteração no Organograma do Câmpus Machado.** O Presidente passou
543 a palavra à Michelle que desejou boa tarde a todos e que explicou os principais pontos do
544 organograma do Câmpus Machado. Disse que ao contrário da Reitoria que passou por algumas
545 mudanças pontuais, o organograma do Câmpus Machado vinha desde a época da antiga Escola
546 Agrotécnica. Falou que o organograma não contemplava as questões da pesquisa e extensão, e
547 também as competências ficaram erradas, em função da criação do instituto, da reitoria. Disse
548 que a alteração do organograma do Câmpus Machado foi mais radical, o trabalho que foi feito
549 junto aos coordenadores, com discussões na comunidade, com relação às atribuições, à
550 construção dessa proposta foi fruto de estudo de outros institutos federais, no que se refere à
551 questão estrutural e organizacional. No organograma anterior tínhamos inúmeros setores e tinha
552 setor de uma pessoa só. O objetivo principal era eliminar a figura do chefe, para ficar uma equipe
553 mais dinâmica. Disse que foi fortalecido o setor de coordenação de infraestrutura e serviços, por
554 ter uma demanda muito grande. Falou que foram revistas algumas atribuições, incluída a pós-
555 graduação, seguindo o molde da Reitoria. Disse que foi trabalhada uma nomenclatura nova que é
556 a Gerência, que é uma espécie de coordenação que não dispõe de uma CD, mas tem um rol de
557 tomada de decisão, possui uma equipe e está vinculada diretamente a uma diretoria. Explicou a

558 divisão hierárquica: Direção-Geral, Diretorias, Gerência, Coordenações (Coordenação de setor).
559 No caso dos cargos extintos ou em extinção que temos que fazer um reaproveitamento, e tem a
560 questão de desvio de função, pessoas com conhecimentos técnicos, que teriam de ser aproveitada
561 tecnicamente, ao invés de ter um setor só para ele, essa pessoa seria um assessor técnico. Falou
562 que o organograma é um documento dinâmico, essa proposta é o melhor modelo para estrutura
563 atual. O Presidente colocou em discussão, disse que deve acontecer também essa discussão nos
564 Câmpus Muzambinho e Inconfidentes, que estão em um momento de transição. Comentou que
565 participou com o Antônio Marcos da Comissão para a discussão dos organogramas dos câmpus
566 pré-existentes, foi trabalhadas muitas atribuições, mas não é fácil, pois são três realidades
567 completamente diferentes. Disse que o Camilo vai organizar as discussões pontuais dos câmpus,
568 as particularidades, sendo preservada a flexibilidade da gestão, e com isso ver até onde pode
569 normatizar o organograma. Falou que a proposta apresentada é fruto da visão do trabalho de
570 grupo da gestão que discutiu internamente no câmpus o melhor organograma para a realidade
571 atual. Flavio falou da questão dos organogramas irem se adequando, algumas nomenclaturas
572 deveriam ser adequadas em virtude dos outros câmpus pré-existentes que também apresentarão
573 os organogramas. Disse que a Diretoria de Desenvolvimento Educacional já poderia chamar
574 Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão para ficar padrão. Questionou porque a Assistência ao
575 Educando tem coordenação geral separada ao invés de estar ligada à Coordenação de Ensino.
576 Michelle explicou que a princípio é porque o Câmpus Machado tem internato e a demanda é
577 muito grande. O Presidente explicou que a realidade dos câmpus pré-existentes é bem diferente
578 dos câmpus novos. Quando se pega a questão do internato em si, o coordenador geral do
579 educando tem de atender a todos, internato e externo, e desse montante a parte que dá mais
580 trabalho é o internato. No câmpus pré-existente usa-se o nome CGAE que é a visão da gestão
581 para os alunos, daí essa importância e a diferença do SAE – Setor de Assistência ao Educando.
582 Disse que na próxima reunião do Colégio de Dirigentes, com aval dos diretores, vão fazer uma
583 reunião com os GAE e SAE para uma troca de experiências. Aline falou sobre a questão do DDE
584 – Diretoria de Desenvolvimento Educacional, nos câmpus pré-existentes e do DEPE – Diretoria
585 de Ensino Pesquisa e Extensão, nos câmpus novos. Flávio disse que tem de padronizar e ser
586 DEPE. O Presidente disse que a atribuição é a mesma, mas que deveriam ouvir os diretores dos
587 Câmpus Muzambinho e Inconfidentes. Luiz Carlos disse que poderia ser o contrário do que o
588 Flávio está falando, quando se trata de diretoria educacional, se trata de educação como um todo,
589 ensino pesquisa e extensão soma a formação do cidadão. Tem um processo de vida interna,
590 trabalho na sala de aula, tem os projetos de extensão, mas tem horário que é fora da sala de aula,
591 Tem as pessoas do internato e as pessoas com presença educadora, em momentos que não tem
592 professor, não tem coordenador, e isso está diretamente ligada a figura do diretor educacional.
593 Propôs a mudança ao contrário, nos câmpus novos, de DEPE – Diretoria de Ensino Pesquisa e
594 Extensão passar para DDE – Diretoria de Desenvolvimento Educacional. Josué falou que o
595 Marcelo Bottazzini estava presente nas discussões do organograma e que o João Paulo não
596 acompanhou as discussões. Disse que os câmpus novos, nasceram sem uma estrutura
597 organizacional definida. Falou que participou de uma reunião do Colégio de Dirigentes e a Seção
598 Sindical, e uma das discussões na ocasião foi a reestruturação e a criação dos organogramas dos
599 novos câmpus e naquele momento ficou aprovado também que haveria uma discussão dos
600 câmpus pré-existentes, para que pudessem fazer essa discussão dos seus respectivos
601 organogramas. Disse que vê essa colocação do Flávio importante, porque precisa haver sim essa
602 padronização. Falou o porquê que a nomenclatura dos câmpus novos ficou diferenciada em
603 relação à nomenclatura dos câmpus pré-existentes. Disse que nas discussões, uma das questões
604 apontadas foi com relação a CD e funções, como poderia colocar nos câmpus novos, Diretoria de
605 Desenvolvimento Educacional, sabendo que nos câmpus novos, esse diretor estaria recebendo
606 uma CD-4, enquanto que a Diretoria de Desenvolvimento Educacional, nos câmpus pré-
607 existentes, estariam recebendo uma CD-3. Inclusive a Coordenação Geral de Assistência ao
608 Educando, que nos câmpus pré-existentes, também é uma CD e para os câmpus novos estariam
609 recebendo uma FG. Disse que foi por isso que nomenclatura nasce de forma diferenciada dos

610 câmpus pré-existentes. para não haver esse conflito, para não gerar uma discussão futura das
611 pessoas que estariam recebendo ou a função ou a CD. Disse ser pertinente a retomada dessa
612 discussão, inclusive dos novos câmpus, com o Marcelo Bottazzini e João Paulo, para uma
613 padronização. Falou que é importante ficar claro que a questão da nomenclatura passa pela questão
614 da distribuição de funções gratificadas e cargos de direção. Josué disse que não tem nada contra a
615 estrutura da proposta apresentada pelo Câmpus Machado. Miguel disse que não participou das
616 discussões do organograma, mas teve a informação de que seria discutido o organograma dos pré-
617 existentes. Marcelo Bottazzini disse que a discussão surgiu por ser câmpus urbano e não rural
618 (agrícola), fazer um organograma separado foi por causa da especificidade do câmpus, nesse caso é
619 irrelevante a nomenclatura ser DDE ou DEPE se as atribuições são as mesmas. Falou que é
620 favorável manter o pedido do Câmpus Machado. Sueli disse que o Josué trouxe uma questão
621 importante para o Conselho, como um todo, o ISULDEMINAS vai se consolidando nessa
622 diversidade de câmpus pré-existentes e câmpus novos, o que precisa é que o CONSUP deva sentar
623 e pensar nas especificidades dos câmpus e na redistribuição, quais são as necessidade atuais de
624 cada um dos câmpus, em relação a CD, FG e FCC. Disse que se o Conselho aprovar o
625 organograma, talvez essas discussões estão apontando que as mudanças de organograma, nesse
626 período de construção institucional e da organicidade do IFSULDEMINAS esteja apontando uma
627 necessidade de se sentar e construir junto, repensar todas essas funções, em termos de
628 IFSULDEMINAS, e não em números fixos para cada câmpus, porque as demandas dos câmpus
629 novos cresceram imensamente. Falou que nenhum dos conselheiros presentes não pode negar o
630 tamanho, a complexidade dos câmpus pré-existentes e sua fala foi uma fala de tomada de decisões
631 futuras. O Presidente complementou que temos um componente novo, têm os campus avançados,
632 por exemplo, Câmpus Avançado Três Corações com 370 alunos tem 2 CD e 3 FG, e tem câmpus
633 com mais de 10.000 alunos, são realidades distintas. Sueli disse que não desconsiderando as
634 peculiaridades, porque ela existe e vai continuar existindo sempre, sabemos que a expansão é de
635 fato, todos tem problemas. Falou que esse Conselho deve pensar em termos de instituição uma
636 redistribuição das funções. O Presidente disse que é um chamamento, não sabemos quem vai
637 ganhar e quem vai perder. De repente quem está solicitando é quem vai perder. Disse que como
638 Presidente do CONSUP pode dar uma continuidade na questão do organograma, que se faz uma
639 necessidade nesse momento e a discussão do organograma vai trazendo isso, precisam discutir, os
640 câmpus pré-existentes, os câmpus novos e agora os câmpus avançados, pois cada um tem uma
641 necessidade pontual. Miguel questionou o Pesquisador Institucional ser ligado ao DDE e não ao
642 Diretor-geral. Disse que pelas atribuições está mais para uma diretoria geral do que para DDE.
643 Com relação ao Pesquisador Institucional, ele realmente está envolvido com todos, mas mais
644 especificamente ao Ensino. Antônio Carlos disse para acatarem a proposta de Machado como
645 modelo, partir para uma padronização e evoluir. Luciano disse que na questão do DDE, concorda
646 com o Luiz Carlos em permanecer como está. Sobre as questões de CD e FG quando se criou os
647 institutos existiam uma ideia de que os câmpus que fossem sendo criados receberiam um “kit
648 câmpus” (quantidade de professores, de técnico-administrativos, de funções). Falou que não sabe
649 se os câmpus avançados receberam, a questão é cobrar junto ao MEC o que foi acordado e as
650 demandas de FG, CD também é uma demanda dos câmpus pré-existentes, não só dos novos, mas
651 do instituto como um todo, precisamos cobrar o MEC, porque nossa parte estamos fazendo, temos
652 indicadores e já somos referência. Sobre o organograma, cada câmpus tem de ter o seu, seguir um
653 padrão mínimo e é dinâmico, o tempo todo passando por modificações e mudanças de acordo com
654 as nossas necessidades. O Presidente falou com relação ao “enxoval mínimo” onde o quantitativo
655 vem aquém do que realmente esperávamos (na época veio 1, 2, 4, 8 e 8). Na medida em que os
656 câmpus vão crescendo vai tendo outra dinâmica e é importante como gestor levar ao MEC que
657 nossos câmpus atingiram os índices iniciais, daí se faz a necessidade dessa redistribuição de novas
658 funções. Disse que a configuração dos câmpus avançados eram 2 CD, 4 FG-2, 1 CD-3, 1 CD-4 e 4
659 FG-2. Antônio Marcos falou da demanda do sindicato de estar unificando o organograma do
660 instituto. Na época das escolas agrotécnicas para a comunidade havia política de cargos. Disse que
661 com os estudos dos organogramas viram que há uma diferenciação entre os câmpus e é difícil fazer

662 um organograma único, por causa dos interesses políticos e das individualidades de cada câmpus.
663 Na proposta do Câmpus Machado a comunidade foi consultada e propôs a melhor forma de
664 trabalhar hoje. Todas as vezes que se envolve a comunidade para as discussões, ela se sente parte
665 do processo e com certeza o resultado vai ser muito melhor. Flávio disse que entendeu a colocação
666 da coordenação geral, mas mantém a proposta de unificação pelo menos das diretorias, em virtude
667 de ensino hoje a metodologia não definir muito bem como essa formação geral. Disse que não
668 acredita que a denominação de Ensino, Pesquisa e Extensão exclua essa oportunidade de formação
669 dos alunos do câmpus pré-existentes. Falou que de nenhuma forma é contra essa fragmentação que
670 houve nos câmpus novos, visto que existem as especificidades e demandas pontuais, e de nenhuma
671 forma a mudança de denominação de DDE para DEPE mudaria, inclusive, essa divisão de CD e
672 FG, por ter atribuições iguais. Luiz Carlos como proposta foi discutida na comunidade de Machado
673 devemos respeitar a comunidade de Machado, eles que discutiram e analisaram. Disse que é uma
674 questão de imaturidade nossa de avaliar e desconsiderar o que a base trouxe para nós, isso não é
675 um processo democrático. O Presidente fez o encaminhamento de votação. Proposta 1 – Mantém o
676 documento original e a vinculação do Pesquisador Institucional ao Diretor-geral ou Proposta 2 –
677 Fazer a alteração de nomenclatura de DDE para DEPE. Colocou em votação, foram 1 (um) voto
678 contra e 5 (cinco) abstenções, com relação a manter a proposta original do organograma do
679 Câmpus Machado, com exceção do Pesquisador Institucional ser vinculado à direção geral. Josué
680 ressaltou com relação à sua abstenção, não se pode perder de vista a proposta de elaboração em
681 conjunta, não devem perder de vista o que foi discutido no Colégio de Dirigentes de fazer em
682 conjunto a discussão do organograma e a padronização. O Presidente agradeceu a Michelle e
683 propôs levar a discussão ao Colégio de Dirigentes, consultando a comunidade, para
684 prosseguimento da discussão. Seguindo a pauta, item **12. Expedientes (Presidente e Secretário). -**
685 **Alterações do Regimento Interno do Comitê de Ética no Uso de Animais do**
686 **IFSULDEMINAS (Resolução 39/2013).** O Presidente disse que é uma regulamentação do
687 Ministério da Ciência e Tecnologia onde toda instituição de ensino que trabalha com a
688 manipulação de animais tem de ter um Comitê de Ética no Uso de Animais - CEUA. Disse que a
689 regulamentação vem atender a essa legislação. Passou a palavra ao José Luiz. José Luiz disse que a
690 sugestão da PROPI é que seja aprovada pelo CONSUP, existia a Resolução 039/2013 que
691 regulamentava *pro tempore*, até julho de 2014, a criação de CEUA e solicita a aprovação já efetiva.
692 Falou que no Art. 2º foi sugerido que ao invés de ser um CEUA por câmpus, ser um institucional,
693 por questão de aumentar a eficiência, diminuir gastos com viagens dos servidores e viabilizar todo
694 esse projeto via digital, *on line*, informatizado. Explicou que toda atividade que envolva animais
695 para ensino e para pesquisa precisam do aval desse Comitê de Ética para utilização de animais.
696 Disse que já está instituído isso dentro do IFSULDEMINAS, inclusive já existe um coordenador e
697 os representantes titulares e suplentes. Solicitou a aprovação de forma efetiva e a alteração do
698 artigo 2º de ter um CEUA institucional. O Presidente colocou em discussão. Athur disse que
699 quanto a diminuição de gastos, parece evidente, mas quanto a utilização há uma ressonância dentro
700 da comunidade universitária, ter comitês locais. José Luiz disse que no comitê institucional, todos
701 os câmpus tem representatividade. A questão de ensino e pesquisa dentro da resolução está bem
702 trabalhada. Nos três campus pré-existentes a questão do manejo dos animais, que é muito comum
703 por serem unidades produtoras, está fora do comitê de ética, é mais esclarecimentos. Arthur
704 questionou se nesses comitês locais tem participação discente. José Luiz disse que sim. O
705 Presidente colocou em votação as alterações do Regimento Interno do Comitê de Ética no Uso de
706 Animais do IFSULDEMINAS (Resolução 39/2013), sendo aprovada por todos. Logo após
707 agradeceu ao José Luiz. Finalizada a pauta e não havendo mais nada a tratar o Presidente
708 agradeceu novamente a todos pela presença e ao João Paulo pela recepção no Câmpus Passos para
709 sediar uma reunião do CONSUP e declarou encerrada a reunião às quinze horas. Eu,
710 _____ Rosana Aparecida Rennó Moreira Aleixo, Secretária “ad hoc” deste
711 Conselho, lavrei a presente Ata, que após apreciação será assinada por todos os conselheiros
712 presentes. Passos, doze de agosto de dois mil e quatorze.

Marcelo Bregagnoli	Presidente do CONSUP	_____
João Paulo Lopes	Representantes dos Docentes	_____
Luciano Pereira Carvalho	Representantes dos Docentes	_____
Evane da Silva	Representantes dos Docentes	_____
Beatriz Glória Campos Lago	Representantes dos Docentes	_____
Flávio Santos Freitas	Representantes dos Docentes	_____
Marco Aurélio Nicolato Peixoto	Representantes dos Docentes	_____
Arthur Dantas Rocha	Representantes dos Discentes	_____
Washington Bruno Silva Pereira	Representantes dos Discentes	_____
Pedro Brandão Loro	Representantes dos Discentes	_____
Guilherme Vilhena Vilasboas	Representantes dos Discentes	_____
Marcos Roberto dos Santos	Rep.Técnico-Administrativos	_____
Antônio Marcos de Lima	Rep.Técnico-Administrativos	_____
Sandro Soares da Penha	Rep.Técnico-Administrativos	_____
Clayton Silva Mendes	Rep.Técnico-Administrativos	_____
Anderson Luiz de Souza	Rep.Técnico-Administrativos	_____
Sueli do Carmo Oliveira	Rep.Técnico-Administrativos	_____
Christoffer Carvalho Vitor	Representantes dos Egressos	_____
Jorge Vanderlei Silva	Representantes dos Egressos	_____
Márcia Scodeler	Representantes dos Egressos	_____
Jorge Florencio Ribeiro Neto	Rep. Entidades Patronais	_____
José de Oliveira Ruela	Rep. Ent. dos Trabalhadores	_____
Célio Antonio Leite	Rep. Ent. dos Trabalhadores	_____
Jésus de Souza Pagliarini	Rep. Setor Público ou Estatais	_____
Miguel Angel Isaac Toledo del Pino	Rep. Diretores-gerais dos Câmpus	_____
Carlos Henrique Rodrigues Reinato	Rep. Diretores-gerais dos Câmpus	_____
Luiz Carlos Machado Rodrigues	Rep. Diretores-gerais dos Câmpus	_____
João Paulo de Toledo Gomes	Rep. Diretores-gerais dos Câmpus	_____
Josué Lopes	Rep. Diretores-gerais dos Câmpus	_____
Marcelo Carvalho Bottazzini	Rep. Diretores-gerais dos Câmpus	_____